

Mocambo: Um Ano de Reconhecimento

Maria Inês dos Santos Souza*

Da luta pela posse aos remanescentes de Quilombos

O Povoado Mocambo, está localizado às margens do rio São Francisco, distante 190 km de Aracaju (SE) e faz limite com a cidade de Pão de Açúcar (AL). Sua população é de aproximadamente 750 pessoas, distribuídas em 150 famílias; 83% das crianças da comunidade ocupam duas salas de aulas da Escola Rural, pertencente ao Estado e uma sala de aula (pré-escolar), pertencente ao Município. Ainda é um desafio levar em consideração a história real das comunidades negras no processo histórico brasileiro. A comunidade foi beneficiada por eletrificação em 1997, no entanto, a escola não possui instalação elétrica, prejudicando o funcionamento das turmas ginasiais, que no momento utilizam a casa de um dos moradores. O único Posto de Saúde existente, está entregue às traças e baratas, enquanto os doentes são transportados de lancha para o município de Pão de Açúcar ou levados à capital. Casos de ANEMIA FOSSIFORME foram diagnosticados na comunidade. Uma equipe médica, em convênio com a FCP, foi enviada à comunidade em janeiro deste ano; realizaram pesquisas e coleta de sangue. Até o momento aguardam resultado do relatório. Os(as) mocambeiros(as) vêm realizando mutirão de limpeza nas áreas adjacentes, com medidas de saneamento básico.

As atividades desenvolvidas quando utilizavam as terras, eram: a agricultura com produção de arroz, milho, feijão, melancia; pastoril com criação de animais voltada para produção de leite; cavalos, porcos, galinhas e outros animais de pequeno porte e a pesca, basicamente para consumo interno.

O apoio dos Mocambeiros à luta dos índios Xocó, levou Neuza Cardoso, suposta proprietária das terras, a destruir, em 1992, as roças dos negros, colocando gado dentro da área beneficiada, ameaçando-os com capangas armados. Em 1994, o Poder Judiciário proibiu os Mocambeiros de plantar nessas áreas, que também eram utilizadas no final das colheitas para alimentação do gado, através dos restos de culturas. Hoje, os animais estão confinados nas áreas que circundam o povoado.

A comunidade negra Mocambo, historicamente foi discriminada, ameaçada e marginalizada, por habitantes e autoridades dos municípios da região. Entretanto a auto-estima e a disposição de luta, junto ao Poder Judiciário e órgãos dos governos federal, estadual e municipal, Público, possibilitaram as conquistas. Mas a discriminação continua e o pouco caso é visível por parte desses poderes, quando se trata das lutas e reivindicações mocambeiras.

A comunidade está organizada desde 1996, em torno da Associação dos Remanescentes de Quilombos "Antônio do Alto", que desenvolve um árduo trabalho de reconhecimento no município e no estado. Mocambo foi a primeira comunidade negra reconhecida em Sergipe, como Remanescentes de Quilombos, no dia 28 de maio de 1997, pela Fundação Cultural Palmares/Ministério da Cultura, através de publicação no Diário Oficial da União. A área dos remanescentes é de 2.100,54 hectares, compreendendo áreas da União, Estado e particulares. Entretanto, apesar de todos as discussões e a importância nacional que vêm tendo a luta das Comunidades Negras, o governo estadual, os órgãos federais e estaduais, partidos e políticos em geral, têm negligenciado estes fatos, bem como a situação da comunidade.

Apesar do seu primeiro aniversário de reconhecimento, Mocambo não tem muito a comemorar. Os mocambeiros denunciam que todas as propostas discutidas e acertadas com os órgãos governamentais, ficaram nas promessas e no papel. Sofrimento e abandono continuam... Falta-lhes a aplicação do art. 68 -CF, referente à titulação das terras, proporcionando condições para projetos de desenvolvimento e geração de renda.

A comunidade situa-se na região mais castigada pela seca no estado e apesar dos mocambeiros viver a 100 metros do Rio São Francisco, não têm água tratada, estão perdendo as vacas de leite e muitas famílias estão passando fome, pois as prometidas cestas básicas até hoje não chegaram.

Queremos compartilhar com vocês este momento que deveria ser de muitas alegrias se a regularização fundiária da área do MOCAMBO (primeira comunidade de remanescentes de quilombos do Sergipe), já estivesse titulada ou a caminho desta ação. Só que não podemos esquecer que estamos no Brasil e esta questão é muito desafiadora porque não há interesse por parte dos governos, dos órgãos competentes em acelerar os procedimentos das áreas quilombolas.

O reconhecimento levantou muita expectativa. De um lado ajudou a comunidade a rever suas ações dentro da área. De outro, parou nas promessas da Fundação Cultural Palmares, que sugeriu a elaboração de vários projetos e não respondeu concretamente até hoje – inclusive prometendo a titulação em seis meses. A Secretaria do Patrimônio da União, que fez levantamento da área desde agosto de 1996, até hoje não enviou relatório informando tamanho real de sua área. O INCRA que fez levantamento

cadastral no final de 1995, início 1996, da área delimitada, detectando umas cinco propriedades passíveis de desapropriação, hoje coloca obstáculos em manter uma equipe técnica para encaminhar processos, pois justifica diz que cumprir metas do governo federal nas desapropriações para Reforma Agrária.

Essas justificativas não convencem, pois alguns estados como Pará, Maranhão, São Paulo e Bahia – caso do Quilombo de Rio das Rãs –, já conseguiram algumas titulações, e outras estão a caminho. O que falta é vontade política.

Como nesse país as questões só são encaminhadas com muita pressão, pedimos aos movimentos popular e sindical, partidos políticos, organizações de trabalhadores e entidades de apoio, que enviem fax, solicitando agilização no processo para que as famílias voltem a trabalhar normalmente e vivam com dignidade, na terra que lhes pertence desde os seus ancestrais.

Enviar para:

- Presidente da República - **Fernando Henrique Cardoso** - fax: (061) 321-5804 ou 322-2806 ou 226-7566
- Procurador Geral do INCRA/Brasília - **Dr. Sebastião Azevedo** - fax: (061) 321-4102
- Superintendente Regional do Incra em Sergipe - **Dr. João Bosco de Andrade Lima** - fax: (079) 222-5919
- Delegada Regional do Patrimônio da União/Se - **Dra Anete Hermínia** - fax: (079) 222-3422
- Governador do Estado de Sergipe - **Dr. Albano do Prado Franco** - fax: (079) 216-8302
- **Ministério Público Federal** - 6ª Câmara de Coordenação e Revisão - Subprocuradoria Geral da República - fax: (061) 313-5364

Atenciosamente,

Maria Inês dos Santos Souza
pelo CENTRO DOM JOSÉ BRANDÃO DE CASTRO